

## Inadimplência registra primeira alta após oito meses de queda

*Endividamento das famílias cresceu pela sexta vez em maio, alcançando nova máxima histórica. As dívidas no cartão de crédito seguem em proporção recorde. Os dois indicadores de inadimplência apontaram a primeira alta em oito meses, notadamente entre as famílias de menor renda.*

Síntese dos resultados (% em relação ao total de famílias)			
	Total de endividados	Dívidas ou contas em atraso	Não terão condições de pagar
Maio de 2020	66,5%	25,1%	10,6%
Abril de 2021	67,5%	24,2%	10,4%
<b>Maio de 2021</b>	<b>68,0%</b>	<b>24,3%</b>	<b>10,5%</b>

O percentual de famílias que relataram ter dívidas (cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestação de carro e de casa) alcançou 68% em maio, alta de 0,5 ponto percentual, em relação a abril de 2021, e de 1,5 ponto em relação a maio de 2020. Com o sexto aumento seguido, o endividamento no País segue alcançando proporções recordes.

O percentual de famílias com dívidas ou contas em atrasos aumentou pela primeira vez desde agosto de 2020, alcançando 24,3% em maio, mas ainda 0,8 ponto percentual abaixo do apurado em maio de 2020. A parcela das famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso e que permanecerão inadimplentes aumentou para 10,5% na passagem mensal. O indicador teve queda de 0,1 ponto percentual em relação ao mesmo mês do ano passado.

O endividamento dos grupos de renda pesquisados apresentou tendências semelhantes em maio. Para as famílias com renda até 10 salários mínimos, o percentual das endividadas cresceu de 68,6% para 69% do total de famílias, embora esta proporção esteja abaixo da máxima histórica (69,5%). No mesmo mês de 2020, 67,4% das famílias nessa faixa de renda estavam endividadas.

Já para as famílias com renda acima de 10 salários mínimos, a proporção do endividamento teve incremento mais forte, de 63,1% para 64,2% neste maio, ante 61,3% em maio de 2020. Para esse grupo, o endividamento vem alcançando níveis recordes mensalmente, desde fevereiro deste ano.

Na inadimplência, houve tendências diferentes entre as faixas de renda. A proporção de famílias com contas ou dívidas em atraso na faixa de até 10 salários mínimos aumentou de 26,9% em abril para 27,1% em maio, embora esteja na menor proporção desde fevereiro de 2020. No grupo com renda superior a 10 salários mínimos, o percentual caiu de 12,3% em abril para 11,9% em maio, o segundo maior percentual para os meses de maio, atrás apenas de 2016 (12,9%).

O resultado por faixa de renda do percentual de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas em atraso e que vão permanecer inadimplentes vinha caindo desde agosto entre os com renda até 10 salários mínimos, mas interrompeu a sequência de quedas em maio, aumentando para 12,4%. Em maio de 2020, a proporção havia sido 12,3%. Na faixa de maior renda, no entanto, o indicador reduziu-se na passagem mensal para 3,6% e ante os 3,9% apurados em maio do ano passado.

A proporção das famílias que se declararam muito endividadas aumentou para 14,6%, maior parcela desde agosto do ano passado. A comparação anual, no entanto, mostra redução de 1,4 ponto percentual no indicador, o qual evidencia a percepção individual da família quanto ao nível de endividamento das pessoas que vivem na mesma casa.

<b>Nível de endividamento (% em relação ao total de famílias)</b>			
<b>Categoria</b>	<b>Mai de 2020</b>	<b>Abril de 2021</b>	<b>Mai de 2021</b>
<b>Muito endividado</b>	16,0%	14,4%	14,6%
<b>Mais ou menos endividado</b>	24,0%	24,6%	24,2%
<b>Pouco endividado</b>	26,4%	28,5%	29,3%
<b>Não tem dívidas desse tipo</b>	33,2%	32,4%	31,9%
<b>Não sabe</b>	0,2%	0,0%	0,0%
<b>Não respondeu</b>	0,1%	0,0%	0,0%

Em relação à capacidade de pagamento, entre as famílias endividadas, a parcela média da renda comprometida com dívidas voltou a subir para 30,1% da renda mensal, a mesma proporção de março. Nas famílias com até 10 salários, a parcela média da renda dedicada ao pagamento de dívidas manteve-se estável em 30,6%, a menor desde outubro de 2020. Nas famílias com renda acima de 10 salários mensais, a parcela média da renda comprometida cresceu para 27,7%, após quatro meses de estabilidade.

Também entre as famílias com dívidas, 20,2% afirmaram ter mais da metade da renda mensal comprometida com pagamento dessas dívidas em maio. Mesmo o percentual sendo 0,2 ponto percentual maior do que em abril, é o menor observado para meses de maio. Nas famílias com renda até 10 salários, o percentual das que afirmam ter mais da metade da renda comprometida com dívidas interrompeu a sequência de cinco quedas, alcançando 21,2% em maio. Nas famílias com mais de 10 salários de renda, 15,5% das famílias relataram ter mais de 50% da renda comprometida, o maior percentual desde dezembro de 2020.

O tempo médio de comprometimento com dívidas entre as famílias endividadas estava em queda desde julho do ano passado, mas aumentou de 6,8 meses em abril para 7 meses em maio. Dos endividados, 23,4% possuem dívidas vincendas em até três meses, e 31,2% por mais de um ano.

Já o tempo médio de atraso na quitação das dívidas pelos inadimplentes está em queda desde dezembro, atingiu 61 dias em abril, menor prazo desde julho de 2020. Cresceu na margem o percentual de famílias com atrasos até 30 dias (de 25,3% para 25,6%), mas diminuiu pela terceira vez os com atrasos acima de 90 dias (de 42,8% para 41,7% menor percentual desde outubro de 2020).

A proporção das famílias que utilizam o cartão de crédito como principal tipo de dívida manteve-se em 80,9% do total de famílias, proporção recorde do indicador. Crédito pessoal e os financiamentos de carro e casa destacaram-se entre as modalidades mais procuradas na passagem mensal. A liquidez elevada e os juros relativamente baixos favorecem o endividamento nas categorias de longo prazo.

Tipo de dívida (% de famílias)			
Maio de 2021			
Tipo	Total	Renda familiar mensal	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Cartão de Crédito	80,9%	80,9%	80,8%
Cheque Especial	6,5%	6,5%	6,9%
Cheque Pré-Datado	1,4%	1,5%	0,7%
Crédito Consignado	6,6%	6,7%	5,8%
Crédito Pessoal	8,6%	9,0%	6,3%
Carnês	16,5%	18,0%	9,5%
Financiamento de Carro	11,2%	9,8%	18,5%
Financiamento de Casa	9,2%	7,4%	17,2%
Outras dívidas	2,0%	2,1%	1,1%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,2%	0,2%	0,4%

O percentual de famílias com dívidas no País atingiu a proporção recorde em maio, em função do aumento do número de endividados nas duas faixas de renda. O incremento na contratação de dívidas novamente foi mais acentuado entre as famílias consideradas mais ricas.

A proporção de endividados no cartão aumentou entre as famílias de menor renda, mas diminuiu entre as de maior renda. Os financiamentos de casa e carro ganharam espaço no endividamento dos dois grupos.

Na inadimplência, tanto o percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso quanto o número de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas atrasadas aumentaram para as famílias com menor renda, interrompendo uma sequência de quedas registrada desde agosto do ano passado.

As fragilidades no mercado de trabalho, a inflação mais elevada e o menor valor do auxílio emergencial para os informais este ano estão influenciando os orçamentos domésticos. Mesmo diante das adversidades, no entanto, na comparação interanual os indicadores de inadimplência estão em patamares mais baixos.

Vale notar que, embora já elevado, o endividamento pode continuar subindo, na medida em que incentiva pequenas iniciativas de empreendedorismo, no contexto de evolução lenta do mercado de trabalho formal.

A nova rodada do auxílio emergencial com valores menores começou a ser paga em abril, e os recursos deverão ser em grande parte destinados ao pagamento de dívidas e contas, uma vez que o endividamento está elevado.

Embora o crédito possa funcionar como ferramenta de recomposição da renda, a mudança de trajetória na política monetária com aumento dos juros deverá fazer com que as famílias adotem mais rigor em relação aos seus gastos e contratação de novas dívidas.

### **Sobre a Peic**

A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional) é apurada mensalmente pela CNC desde janeiro de 2010. Os dados são coletados, em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal, com aproximadamente 18 mil consumidores.

Das informações coletadas, são apurados importantes indicadores: percentual de consumidores endividados, percentual de consumidores com contas em atraso, percentual de consumidores que não terão condições de pagar suas dívidas, tempo de endividamento e nível de comprometimento da renda.

O aspecto mais importante da pesquisa é que, além de traçar um perfil do endividamento, ela permite o acompanhamento do nível de comprometimento do consumidor com dívidas e sua percepção em relação a sua capacidade de pagamento.

Com o aumento da importância do crédito na economia brasileira, sobretudo o crédito ao consumidor, o acompanhamento desses indicadores é fundamental para analisar a capacidade de endividamento e de consumo futuro deste, levando em conta o comprometimento de sua renda com dívidas e sua percepção em relação a sua capacidade de pagamento.

Os principais indicadores da Peic são:

- Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;
- Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família;
- Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas em atraso no próximo mês e, portanto, permanecerão inadimplentes;
- Nível de endividamento – entre muito, mais ou menos ou pouco endividados;
- Principais tipos de dívida – entre cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e outras dívidas;
- Tempo de atraso no pagamento – entre até 30 dias, de 30 a 90 dias e mais que 90 dias;
- Tempo de comprometimento com dívidas – entre até três meses, de três a seis meses, de seis meses a um ano e maior que um ano.

Em outubro de 2017, houve uma mudança metodológica da pesquisa para refletir melhor as características da população das capitais brasileiras. Deste modo, houve revisão da série histórica a partir de abril de 2016.